

“O ESTADO NÃO É UMA ABSTRAÇÃO IDEOLÓGICA”

O gesto que ficará marcado na memória nacional

Há momentos na história política de uma nação que não admitem relativizações, justificações retóricas nem leituras indulgentes. O Discurso do Estado da União proferido pelo Presidente Donald J. Trump em 24 de Fevereiro de 2026 ficará registado como um desses episódios em que um gesto simbólico revelou, com crueza e sem disfarces, a hierarquia real de prioridades de parte significativa da classe política americana.

Durante a sua intervenção, o Presidente colocou uma questão simples, directa e absolutamente fundamental: solicitou que os membros do Congresso se levantassem caso concordassem que o dever primordial do governo é proteger os cidadãos americanos acima de imigrantes ilegais. O que se seguiu não foi um momento neutro nem um detalhe protocolar. A grande maioria dos membros do partido oposto permaneceu sentada, não havendo confirmação pública inequívoca de excepções naquele preciso momento.

Esse acto de permanecer sentado constitui uma afronta moral e cívica de enorme gravidade. Não apenas para com os cidadãos americanos que trabalham, pagam impostos, servem nas forças armadas, nas forças de segurança e sustentam o país com o seu esforço diário, mas igualmente para com todos os imigrantes legais que respeitaram a lei, aguardaram anos pelos seus processos e

aceitaram com disciplina as exigências rigorosas que a integração legal implica. Foi um gesto que simbolicamente colocou em causa a distinção essencial entre legalidade e ilegalidade.

O Estado não é uma abstracção ideológica. Existe para proteger a comunidade política que lhe confere legitimidade. Esse dever não é secundário, não é opcional e não é susceptível de negociação em função de agendas partidárias ou sensibilidades momentâneas. Quando representantes eleitos recusam afirmar publicamente que os cidadãos devem ser protegidos em primeiro lugar, transmitem uma mensagem devastadora: a de que a lealdade à lei e à cidadania pode já não constituir o valor supremo que orienta a governação.

A imigração ilegal é, por definição jurídica, uma violação concreta da ordem soberana. Transformar essa realidade num tema meramente emocional equivale a fragilizar o Estado de Direito e a criar um precedente perigoso de permissividade institucional. A verdadeira compaixão não ignora a lei. Pelo contrário, exige que a lei seja aplicada com justiça e coerência, distinguindo claramente entre quem cumpre as regras e quem as contorna.

Enquanto residente neste país há mais de três décadas, fruto de um percurso construído sobre o respeito escrupuloso pelas normas legais, não posso deixar de considerar aquele momento pro-



CÉSAR DEPAÇO

“A história demonstra que as nações começam a enfraquecer quando deixam de afirmar, sem hesitação, quem devem proteger em primeiro lugar. Não há soberania sem fronteiras respeitadas”

fundamente perturbador. Permanecer sentado perante a afirmação de que o governo deve proteger os seus cidadãos antes de imigrantes ilegais equivale, simbolicamente, a des-

valorizar o sacrifício de milhões de pessoas que confiaram no sistema, respeitaram as regras e contribuíram honestamente para a grandeza desta nação. Esse gesto colectivo

não foi apenas um acto político. Foi um sinal inquietante de desorientação moral e institucional. Constituiu uma afronta directa aos cidadãos americanos e uma ofensa silenciosa aos imigrantes legais que escolheram o caminho mais difícil, o caminho da lei, da paciência e do mérito, esperando legitimamente que o Estado distinguisse entre legalidade e ilegalidade com clareza e firmeza.

A história demonstra que as nações começam a enfraquecer quando deixam de afirmar, sem hesitação, quem devem proteger em primeiro lugar. Não há soberania sem fronteiras respeitadas, não há justiça sem distinção entre cumprimento e violação da lei, e não há confiança pública quando o cidadão sente que a sua dignidade pode ser relativizada em nome de agendas ideológicas abstractas.

O que se testemunhou naquele hemici-

clo, em 24 de Fevereiro de 2026, não foi um simples episódio parlamentar. Foi um momento de revelação histórica. Um gesto que ficará gravado na memória nacional como o dia em que, perante uma questão fundamental de lealdade ao povo americano, a grande maioria dos membros do partido oposto optou por permanecer sentada. E essa escolha, pela sua gravidade simbólica, constitui uma afronta não apenas à ordem jurídica, mas à própria dignidade cívica da nação e de todos aqueles, cidadãos e imigrantes legais, que nela acreditam e a servem com lealdade.

César DePaço

- Empresário e filantropo
- Cônsul ad honorem de Portugal entre 2014 e 2020
- Fundador e Director Executivo da Summit Nutritional International Inc.
- Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Fundação DePaço
- Defensor incondicional das forças de segurança e dos princípios conservadores



Quando quero

AUMENTAR

as minhas vendas
anuncio no

LUSOAMERICANO

www.lusoamericano.com